

DANIEL ZIRKER

Brasil e Nova Zelândia na Segunda Guerra Mundial

Brasil e Nova Zelândia enviaram tropas numerosas para lutar na Itália ao final da Segunda Guerra Mundial. Para os soldados menos aquinhoados, essa guerra representou uma chance de obter o direito de cidadania. No caso da Nova Zelândia, predominaram os maoris; no brasileiro, os recrutas eram, em sua maioria, nordestinos. O artigo examina fatores comuns aos dois exércitos em uma campanha na qual ambos se distinguiram com grande coragem e muitas perdas.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, Brasil, Nova Zelândia, Cidadania.



Brazil and New Zealand in WWII

Brazil and New Zealand sent troops in significant number to Italy at the end of WWII. To soldiers from disadvantaged classes, that war represented a chance to gain citizenship rights. While in New Zealand troops the Maori people predominated, in Brazilian troops, the poor recruits were mostly from North Eastern. This work examines the common factors between these armies in a campaign in which both showed great courage and suffered many losses.

Keywords: World War II, Brazil, New Zealand, Citizenship.

Daniel Zirker: Professor da Universidade de Waikato Hamilton, Nova Zelândia.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo traça brevemente as impressionantes semelhanças entre os esforços da Nova Zelândia e do Brasil durante a campanha italiana (1944-45) na Segunda Guerra Mundial. Também explora o conceito de cidadania, seus deveres e suas bases igualitárias, na medida em que é afetado por soldados em guerra e se torna uma de suas possíveis motivações.¹ Há circunstâncias singulares e fascinantes que subjazem a uma comparação entre as campanhas na Itália da Força Expedicionária Neozelandesa (FENZ) e da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e parecem existir semelhanças entre o alistamento e as motivações de combate da unidade maori neozelandesa, o 28º Batalhão, e vários “febianos” brasileiros, aparentemente lutando como cidadãos responsáveis.

Em 1944, dois países muito diferentes, exceto talvez por estarem possivelmente entre os países com menos probabilidade de lutar na Europa, comprometeram-se com as Forças Aliadas em uma sangrenta luta contra a Wehrmacht alemã pelo controle da Itália. Brasil e Nova Zelândia, que haviam participado do conflito europeu na Primeira Guerra Mundial,² enviaram tropas consideráveis, a FEB e a FENZ, para ajudar na campanha aliada na Segunda Guerra Mundial. Os soldados de ambos os países lutaram com extraordinária bravura e autossacrifício, sofreram perdas significativas e se destacaram em conflitos distantes e brutais. Sob um prisma de política externa nacional, estavam lutando pela Europa. A maior similaridade entre os dois esforços de guerra veio em 1944-45, quando ambos enfrentaram uma situação de impasse para romper (diferentes) linhas defensivas alemãs, tomando importantes posições (Monte Cassino e Monte Castelo), em condições de batalha brutais e inverno rigoroso, e se destacaram combatendo bravamente, tendo proporcionalmente elevadas baixas e, no fim, derrotando a defesa alemã.

Os países e os soldados das duas forças estavam lutando por vários motivos, como países e soldados fazem. Dada a distância da Nova Zelândia para a Itália e, conseqüentemente, a motivação potencialmente abstrata para todos os soldados neozelandeses nesse conflito, por que razão eles se saíram tão bem? O desvantajoso status sociopolítico dos maoris neozelandeses em 1939, a desigualdade social fundamental que experimentaram e o impacto potencialmente alienante do pequeno con-

tingente maori nos leva a questionar por que se alistaram, por que insistiram na criação de uma unidade maori discreta (racialmente segregada), o 28º Batalhão, e por que lutaram tão bem e arduamente, especialmente na Itália. Monty Soutar argumenta que os soldados maoris estavam lutando para garantir o status de cidadãos plenos da Nova Zelândia e, essencialmente, para fazer jus às expectativas de cidadania neozelandesa, com os supostos deveres que isso implicava (SOUTAR, 2008). A cultura guerreira entre os maoris da Nova Zelândia, ele afirma, condicionou o seu senso de responsabilidade e obrigação. Que comparação poder-se-ia estabelecer com os soldados “jecas”, os brasileiros interioranos da FEB, que também lutaram corajosa e incessantemente sob condições terríveis?

A campanha dos Aliados na Itália sempre foi considerada, geralmente de maneira incorreta, um “show secundário” na Segunda Guerra Mundial, menos importante, menos visível, menos exigente, talvez uma mera tática para afastar as tropas alemãs da Normandia. Essa visão teve ecos mesmo nos países de origem e persistiram bem depois da guerra, até no Brasil. Como Cesar Campiani Maximiano coloca claramente:

[...] a tendência no Brasil tem sido entender a FEB como um coadjuvante que teria se envolvido apenas marginalmente nos eventos que delinearam os rumos do planeta até as últimas décadas do século XX. Embora os participantes tenham passado por uma situação extremamente intensa e no limite do suportável, ao contrário dos veteranos de outras nações beligerantes, sua experiência de combate não ecoou na sociedade de seu país de origem. É comum os veteranos ficarem estarecidos com o fato de as gerações mais novas ignorarem que o Brasil enviou soldados para um conflito tão importante como a Segunda Guerra (MAXIMIANO, 2004, p. 344).

Se a campanha aliada na Itália foi amplamente vista como um show secundário, as explicações para a participação brasileira são ainda mais derivativas. Maximiano observa que, por décadas, os brasileiros tiveram que se fiar em relatos estrangeiros da guerra da FEB, relatos que são frequentemente muito diferentes uns dos outros e que tendem a minimizar as conquistas e os triunfos dos militares brasileiros (MAXIMIANO, 2004, p. 350).³

Em realidade, a campanha italiana foi um conflito muito sangrento e exigente, com demonstrações de grande coragem e resistência em ambos

os lados: 60 mil soldados aliados e 50 mil soldados alemães morreram no conflito; os aliados tiveram 320 mil baixas e os alemães, 658 mil. Alguns dos soldados em ambos os lados foram deslocados durante a batalha para combater no conflito da Normandia, em 1943-44.⁴ Embora a invasão da Normandia fosse o foco central da atenção mundial, mais soldados foram mortos ou feridos na Campanha Italiana. Em alguns aspectos, esse se tornou o “*front oculto*” da Segunda Guerra Mundial na Europa Ocidental.

Os alemães na Itália foram liderados pelos experientes oficiais de campo Erwin Rommel e Albrecht Kesselring, esse um estrategista brilhante e implacável no comando solo após 1943.⁵ Os Aliados também foram liderados por experientes generais, os ingleses Harold Alexander e Bernard Montgomery, e os americanos Patton e Clark, esse último, no comando solo das forças aliadas em dezembro de 1945.⁶ Esses líderes foram acusados de cometer vários erros graves e de revelar uma crueldade semelhante à dos alemães.⁷ Como o General Patton disse às suas tropas antes da invasão da Sicília:

Quando formos contra o inimigo, não se esqueçam de bater e bater fortemente. Quando encontrarmos o inimigo, nós vamos matá-lo. Não vamos demonstrar nenhuma compaixão. Ele matou centenas de seus companheiros e deve morrer. Se os oficiais de sua companhia liderando seus homens contra o inimigo o encontram atirando em você, e quando você estiver a 100 metros dele e ele quiser se render – ah, não! Aquele bastardo vai morrer! Você vai matá-lo. Fure-o entre a terceira e quarta costela. Você vai dizer isso a seus homens. Eles devem ter instintos assassinos. Diga-lhes para furá-lo. Furar o fígado. Seremos chamados de assassinos e assassinos são imortais. Quando as histórias chegarem a ele e souber que está diante de um batalhão assassino, ele lutará menos. Devemos cultivar este nome de assassinos.⁸

A maior parte das tropas do Eixo na Itália, especialmente depois de 1943, era alemã, com alguns italianos; os Aliados tinham contingentes numerosos de doze países, contingentes esses inclusive italianos. A guerra na Itália envolveu forças aliadas que tentavam romper uma série de linhas defensivas alemãs fundamentalmente preparadas para manter a invasão aliada do sul da Itália o mais distante possível, pelo maior tempo possível, da Alemanha. Tanto neozelandeses quanto brasileiros ficaram amarrados à tentativa de conquistar Monte Cassino e Monte Castelo, respectivamente, de modo a romper as linhas defensivas, a Linha Gustav e a Linha Gó-

tica, e a forçar a retirada das defesas alemãs em direção ao norte, o que eventualmente conseguiram.

Os esforços de guerra de brasileiros e neozelandeses na Itália em 1944-45 foram extraordinariamente similares também em outros pontos. Os 25 mil soldados da FEB, geralmente chamados “febianos” ou, nas fileiras militares, “pracinhas”, sofreram perdas significativas: 451 mortos e 2 mil feridos. Muitos dos febianos eram homens rústicos, interioranos de grande coragem, à época chamados de “jecas”.⁹ Dos 200 mil homens e mulheres que lutaram na FENZ durante a Segunda Guerra Mundial (no auge do conflito, em 1943, cerca de 150 mil), aproximadamente 12 mil, ou cerca de 0,73% de toda a população da Nova Zelândia, perderam suas vidas. A campanha italiana custou à 2ª Divisão neozelandesa (com um contingente de mais de 22 mil soldados) 8.668 baixas, incluindo 1.825 mortos, 6.632 feridos e 211 prisioneiros de guerra (KING, 1981, p. 204). Na batalha de Monte Cassino, morreram 343 soldados e 1.211 foram feridos; desse total, 58 mortos (17%) e 227 feridos (19%) integravam os mil soldados do 28º Batalhão maori (SOUTAR, 2009, p. 309). A porcentagem de baixas do 28º Batalhão foi extraordinariamente alta, quase 29%. Tem-se afirmado que se perdeu uma parte significativa da futura geração de líderes maoris na Segunda Guerra Mundial e que apenas a batalha por Monte Cassino dizimou severamente essa futura liderança; também é igualmente verdade que uma geração inteira de líderes maoris políticos e civis, sobreviventes da guerra, tiveram a confirmação de sua cidadania e talvez seu “*mana*”, e, consequentemente, no futuro, sua liderança.¹⁰

As relações fraternais das duas forças expedicionárias com aliados britânicos e estadunidenses foram similares em vários aspectos, influenciando profundamente suas culturas militares e sua percepção política e global posterior, embora isso tenha ocorrido mais no caso dos oficiais brasileiros.¹¹ Depois de fevereiro de 1944, ambas as divisões se reportaram ao comandante aliado na Itália, General Mark Clark. Os febianos tinham lutado no 5º Batalhão de Clark; os neozelandeses lutaram, originalmente, sob o comando do marechal de campo Alexander e estavam vinculados ao 8º Exército britânico. No entanto, uma questão relativamente simples e direta é de grande interesse comparativo, devido à enorme distância de suas respectivas terras natais: por que os soldados desses dois países distantes lutaram na Itália? Surge também outra questão, talvez ainda mais

interessante: por que os membros das classes menos favorecidas nos seus respectivos batalhões colocaram suas vidas em risco?

As tropas do Eixo que defendiam o terreno italiano eram principalmente alemãs e até 1945 foram comandadas por um brilhante e implacável general, marechal de campo Albert Kesselring, o qual estabeleceu uma série de linhas defensivas que se estendiam por toda a península italiana, desde o Mar Tirreno até o Mar Adriático. Tais linhas eram compostas por *bunkers*, arame farpado, campos minados e comandos nos topos das montanhas, que incluíam artilharia pesada e franco-atiradores. Em 1944-45, tanto a força expedicionária brasileira quanto a neozelandesa participaram, como unidades discretas, de campanhas para romper essas linhas, especificamente controlando as posições nos topos das montanhas.

A FEB era composta por 25 mil soldados e pessoal de apoio e, entre suas muitas realizações, estavam a conquista das posições alemãs em Monte Castelo, a quebra da Linha Gótica e da Linha Gêngis Khan e a captura, de uma só vez, de toda a 148ª Divisão Alemã sob o comando do General Otto Freter Pico.¹² A FENZ, a 2ª Divisão na Itália, também composta por mais de 22 mil soldados, teve um papel central na derrota alemã em Monte Cassino e na quebra da Linha Gustav.

A geografia e o clima durante essas batalhas eram, no mínimo, difíceis. A Itália é entrecortada por rios e picos montanhosos que constituem linhas defensivas norte-sul naturais. Kesselring e suas forças alemãs exploraram esses elementos, criando linhas e mais linhas defensivas, organizadas em dois grupos, a “Linha de Inverno” e a “Linha Verde”. Em dado momento, entre 1943 e 1945, a movimentação para o norte em direção à Alemanha foi severamente restrita. O uso de artilharia e morteiros, particularmente desde pontos-chave em lugares como Monte Cassino e Monte Castelo, foi especialmente efetivo. Além disso, as chuvas de outono, inverno e primavera transformaram os campos de batalha em uma lama excessivamente fria e molhada; os rios, em furiosas correntezas.

2 BREVE RESUMO DA CAMPANHA ITALIANA, 1934-45

É importante notar que a campanha italiana foi, de fato, um teatro brutal e climaticamente miserável, no qual centenas de milhares de soldados, em ambos os lados, envolveram-se em confrontos na maioria das vezes

cruéis, sob as mais terríveis condições, e dezenas de milhares foram mortos ou feridos. As baixas foram muitas; a destruição de algumas cidades e vilarejos foi quase completa; e um propósito fundamental, aprisionar tantos soldados alemães quanto possível, foi eminentemente bem sucedido. Assim, o sofrimento dos soldados aliados e os testes à sua motivação para a luta estiveram continuamente presentes durante a campanha italiana. Como S. A. Stouffer e seus colegas determinaram em seu massivo estudo sociológico das Forças Aliadas na Segunda Guerra Mundial:

Na Itália e no território continental europeu, depois dos desembarques na Normandia, as principais tropas de combate estavam quase que continuamente engajadas em ação até as semanas finais de rendição da Alemanha. Embora os homens tivessem pouco tempo de descanso, havia divisões onde a maioria dos soldados estava em ação há meses. Além do mais, os alemães fizeram uso extensivo e efetivo da artilharia. Em parte por esta razão, as baixas foram numerosas, mesmo durante vários períodos em que o *front* estava relativamente estável. Longos períodos de tais baixas ocorreram, por exemplo, na Normandia, na Floresta Hurtgen, nas áreas fortificadas em redor da Linha Sirgfried e em Anzio e Cassino (STOUFFER et al., 1949, p. 69).

A campanha na Itália envolveu tropas de doze países, organizados sob diversos comandos militares, principalmente o 5º e o 7º Exército dos Estados Unidos e o 8º Exército Britânico e, como sugerem Stouffer et al., foi caracterizada por longos períodos de exaustivo impasse moral.

A invasão aliada à Itália começou em 10 de julho de 1943, com os desembarques aéreos e anfíbios na Sicília do 7º Exército, comandando pelo General Patton, e do 8º Exército Britânico, sob o comando do marechal de campo Montgomery. Ele e o marechal de campo alemão Marshal Rommel tinham se confrontado no norte da África e Montgomery venceu. A campanha do norte africano tinha custado caro à Força Expedicionária da Nova Zelândia: 2.700 mortos, 6 mil feridos e 3.600 homens aprisionados (KING, 2003, p. 186). Agora os aliados estavam invadindo a pátria do grande aliado de Adolf Hitler, Benito Mussolini. Nos dias 9 e 10 de julho de 1943, a Operação Husky transportou 160 mil soldados aliados para a Sicília, onde um número estimado de 230 mil soldados italianos e 40 mil soldados alemães, incluindo a divisão de elite Hermann Goering Pantzer esperava por eles. Patton e Montgomery duvidavam de que os soldados

italianos tivessem estômago para resistir à invasão, julgamentos que logo se mostraram precisos.

Depois que o 8º Exército experimentou uma resistência inesperadamente dura dos alemães na Sicília, perto do Monte Etna, o 7º Exército de Patton, tendo tomado Palermo, finalmente decidiu, depois de um inexplicável atraso, subir a costa norte em direção a Messina, onde a resistência alemã acabou. A demora de Patton em executar esse movimento, no entanto, tinha permitido aos defensores alemães uma recuada efetivamente bem sucedida para as terras continentais italianas, onde se encontraram com as numerosas forças alemãs que já se encontravam ali. Os aliados sofreram 22 mil baixas durante a breve invasão à Sicília – a Alemanha cerca de 10 mil e a Itália, 132 mil –, a maioria capturada ou tirada de combate como prisioneiros de guerra. A Sicília foi o teste para a principal tática adotada mais tarde por Kesselring no terreno continental: estabelecimento de posições defensivas, forte resistência, seguida por uma retirada estruturada e o estabelecimento de novas posições defensivas.

Com a derrota de sua defesa norte-africana e a destruição da Luftwaffe, os alemães ficaram sem apoio aéreo – um elemento vital dos sucessos aliados posteriores – em terras continentais italianas. Em 25 de julho, com a iminente queda da Sicília, talvez demais para os fascistas italianos aceitarem, Mussolini foi preso por seu próprio governo fascista e encarcerado. Em 17 de agosto, os soldados de Patton invadiram Messina, poucas horas antes das unidades de Montgomery, e a Sicília foi tomada. Depois da Sicília, as principais forças opositoras a uma invasão aliada no terreno continental italiano eram, na maioria, experientes veteranos alemães. Os dois lados logo se envolveriam em uma guerra sofisticada e brutal, empregando armas de terror (e.g. artilharia de longo alcance), campanhas integradas de propaganda e fortes técnicas de resistência e retirada.¹³ Apesar da crença, em 1943, de que a conquista da Itália seria rápida e efetiva, a guerra se transformaria em uma série de desastrosos impasses e duraria quase vinte meses, incluindo dois difíceis invernos.

Os soldados alemães na Itália foram comandados, em 1943, pelo marechal de campo Erwin Rommel (Grupo de Exércitos B, norte da Itália) e pelo marechal de campo Albrecht Kesselring (Grupo de Exércitos C, sul da Itália). No fim de 1943, o Grupo B de Rommel tinha seguido para a França e Kesselring ficou no comando da defesa da Itália. Eles tinham concordado

que o atraso e a frustração do avanço aliado era o máximo que se poderia esperar. Assim, em meados de 1943, os engenheiros alemães, sob o comando de Kesselring, estabeleceram linhas defensivas altamente fortificadas através da Itália, seguindo os vales dos rios e a geografia montanhosa, bem como dissecando a península de costa a costa.

A primeira delas foi uma série de linhas, conhecida como “Linha de Inverno”, ou “Linhas”, e incluía, entre muitas outras, a Linha Gustav, a Linha Bernhardt e a Linha Adolf Hitler. Esses eram os perímetros que os soldados neozelandeses tinham lutado tão duramente para quebrar em seu ataque a Monte Cassino, o comando central na região, portanto, o obstáculo crucial para o rompimento da linha. Roma, o prêmio político, algo a que o general Mark Clark e o presidente Franklin Delano Roosevelt aspiravam principalmente para fins de propaganda, fica próxima ao norte, logo depois das “Linhas de Inverno”. Mais tarde, quando o exército do General Clark expulsou os alemães e podia praticamente destruir as forças defensivas alemãs no norte da Itália apenas com o envio de seu exército para obrigar a retirada das forças alemãs, ele preferiu conquistar Roma, seu objetivo político e propagandístico principal. Como resultado, as forças alemãs em retirada se reagruparam atrás da “Linha Verde” e milhares de vidas aliadas, incluindo centenas de brasileiros, foram perdidas, talvez sem necessidade, nas batalhas que se seguiram para romper aquele complexo de linhas defensivas.

As linhas defensivas em retirada, que ficavam mais ao norte, concebidas como linhas de defesa na Itália, eram conhecidas com a “Linha Verde”, ou “Linhas”, e incluíam a “Linha Gótica” e a “Linha Gêngis Khan”, entre outras. Essas eram as linhas que os soldados brasileiros buscaram romper em seu assalto ao importante terreno de Monte Castelo, o comando central naquela região e, portanto, o obstáculo para atravessar aquelas linhas para a cidade próxima, Bolonha. A área ao sul da Bolonha, a localidade de Monte Castelo, estava cercada por duas linhas defensivas alemãs. Essas posições defensivas fortificadas esperavam pelas forças aliadas em meados de 1943. Outras unidades aliadas lutaram para romper as linhas próximas ao Mar Adriático.

A invasão do território continental italiano começou com a Operação Baytown e o desembarque do 8º Exército Britânico, em 3 de setembro de 1943. O governo italiano concordou com os termos de rendição naquele

dia e foi feito o anúncio ao mundo em 8 de setembro, exatamente quando o 5º Exército do general Mark Clark se preparava para desembarcar em Salerno. A guerra na Itália parecia ter acabado e houve grande comemoração entre as forças aliadas que chegavam. No entanto, as expectativas de pouca resistência foram logo frustradas. Os Aliados iniciaram seus desembarques em Salerno e Taranto no dia seguinte e dentro de poucos dias eles encontraram ferozes ataques alemães. O Exército Alemão ocupou Roma em 11 de setembro e uma força-comando alemã resgatou Mussolini de uma prisão italiana no dia 12 e o levou à Alemanha para um *briefing* com Hitler e o reposicionamento, em 23 de setembro, como ditador de um governo fascista italiano restabelecido no norte da Itália. Enquanto o 8º Exército Britânico avançava rapidamente em direção ao norte, a partir de sua sede ao sul, o 5º Exército foi essencialmente comprometido e quase dividido.

Em 3 de outubro, as primeiras tropas neozelandesas desembarcaram, junto com dezenas de milhares de outras tropas aliadas, na Baía de Taranto. O governo reconstituído da Itália declarou guerra à Alemanha em 13 de outubro, com poucas consequências naquele momento da guerra. Ao fim de outubro, fortes chuvas paralisaram a campanha italiana e ocorreu o primeiro dos impasses de inverno. Enquanto as forças britânicas foram capazes de prosseguir para o Rio Garigliano, as forças alemãs foram se reagrupando rapidamente e uma dura resistência garantiu que o impasse tivesse continuidade.

Em janeiro de 1944, as forças estadunidenses começaram suas tentativas de romper a Linha Gustav, comandada por Monte Cassino. Em 22 de janeiro, os aliados conduziram o que se tornou um desastroso desembarque de soldados atrás das linhas alemãs, em Cassino. Eles ficaram presos na praia por semanas e, em certo momento, os alemães quase dividiram suas forças em duas, o que teria constituído o prelúdio de um desastre. Em fevereiro de 1944, a 2ª Divisão da Nova Zelândia foi destacada, junto com várias outras tropas, para a luta de rompimento da Linha de Inverno. Seu setor, a Linha Gustav, era comandado por um terreno elevado, em cujo topo estava Monte Cassino, coroado por um monastério beneditino de 1.400 anos, que Kesselring tinha jurado preservar. O rompimento dessa linha garantia um caminho para o Vale Lira e, uns 40 km ao norte, a cidade de Roma. Os Aliados, convencidos pelo comandante da Nova Zelândia, general Bernard Freyberg – oficial britânico, nascido no Reino Unido e

criado na Nova Zelândia, que tinha recebido a Cruz de Vitória na Primeira Guerra Mundial e que, mais tarde, atuou como governador-geral da Nova Zelândia –, acreditaram que as unidades alemãs estavam baseadas no monastério (Kesselring continuava afirmando que não estavam e há evidências dessa informação)¹⁴ e que ele tinha que ser destruído. Entre 15 e 18 de fevereiro, bombardeiros estadunidenses destruíram completamente o monastério e os alemães tomaram essa violação da “lei internacional”, segundo eles, como uma justificativa para a ocupação das ruínas e o estabelecimento de uma formidável defesa militar no topo do Monte Cassino. Outros setores da Linha de Inverno também se mantinham.

Em 17 de fevereiro, o 28º Batalhão maori cruzou o Rio Rápido, ao sul de Cassino, e tomou a estrada de ferro, fato que se tornou um testamento inútil e quase sacrificial de sua bravura em face de chances impossíveis. Eles foram forçados a recuar no outro dia, sob intenso contra-ataque alemão. Os três meses seguintes foram gastos em um impasse violento e deprimente ao longo da Linha de Inverno. Os alemães finalmente abandonaram essa linha, depois de ataques aliados intensivos, em meados de maio de 1944, e se retiraram para as fortificações da “Linha Verde”. O general Clark, que poderia ter perseguido os alemães derrotados e lhes infligido grandes baixas, preferiu tomar Roma, o prêmio político e propagandístico, em 5 de junho. A campanha na Itália, então, entrou em uma espécie de *déjà vu*, pois os Aliados, os febianos entre eles, tomaram a “Linha Verde”, particularmente a “Linha Gótica” e Monte Castelo, experimentaram um segundo impasse de inverno especialmente difícil e lançaram outro ataque no fim do inverno, em fevereiro de 1945, em uma linha defensiva pesadamente fortificada. A FEB e a 10ª divisão de montanha dos Estados Unidos conseguiram empurrar a “Linha Gótica” para trás de Monte Castelo e de vários outros pontos-chave, privando os alemães de suas posições de artilharia. Apesar disso, o impasse continuou até o começo de abril de 1945, quando ataques aéreos massivos e bombardeios de artilharia finalmente derrubaram a “Linha Verde” e os alemães se retiraram em direção a Bolonha, com muitos de seus homens capturados e mortos, e a FEB capturou uma divisão alemã inteira, de uma só vez – sendo a primeira divisão aliada na Itália a fazer isso. No fim daquele mês, os italianos tinham acabado com os últimos vestígios da República Social Italiana, Benito Mussolini foi morto e a guerra na Itália chegou ao fim em 2 de maio. Apenas para

menção, a 92ª divisão de infantaria dos Estados Unidos, os “*Buffalo Soldiers*” afroamericanos correram para a costa, para tomar Gênova, quando as Linhas Verdes foram rompidas, tendo a FEB, à sua direita, movendo-se rapidamente para Turim. O destacamento brasileiro dessa operação conjunta surpreendeu os defensores alemães e italianos da Ligúria, causando a derrocada final das operações na Itália.

3 AS FORÇAS EXPEDICIONÁRIAS DA NOVA ZELÂNDIA E DO BRASIL NA ITÁLIA

A FENZ e a FEB lutaram ao lado de forças aliadas unificadas, o 8º Exército britânico (Nova Zelândia, antes de fevereiro de 1944) e o 5º Exército dos Estados Unidos (Brasil e Nova Zelândia após fevereiro de 1944). As duas forças tiveram seus próprios comandantes e respondiam a seus próprios líderes políticos, mas estavam sob as ordens de um comandante sênior aliado do 15º Grupo de Exército Aliado (marechal de campo Harold Alexander e, após dezembro de 1944, general Mark Clark). Os neozelandeses lutaram com o 8º Exército britânico; a FEB, com o 5º Exército dos Estados Unidos. O major-general Bernard Freyberg, um oficial britânico criado na Nova Zelândia e muito distinto veterano da Primeira Guerra Mundial (recebeu a Cruz de Vitória naquela guerra), foi uma indicação controversa para o comando da Força Expedicionária da Nova Zelândia e seu componente de luta, a 2ª Divisão.¹⁵ O general (mais tarde, marechal) João Batista Mascarenhas de Moraes, também um tanto controverso, foi apontado comandante da Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária, em 1943, e serviu como comandante da FEB durante a campanha italiana.¹⁶ Ambas as forças foram designadas, em 1944-45, para quebrar importantes linhas defensivas alemãs, a “Linha de Inverno/Linha Gustav”, no caso da Nova Zelândia; a “Linha Verde/Linha Gótica”, no caso do Brasil.

Para realizar suas missões, as duas forças enfrentaram o terrível inverno italiano para sitiar o terreno elevado controlado pelas forças alemãs, incluindo Monte Cassino (Nova Zelândia) e Monte Castelo (Brasil). Ambas sofreram baixas extraordinariamente numerosas e se apresentaram com grande coragem e resistência. Embora as forças neozelandesas tenham lutado durante toda a guerra, com campanhas no norte da África, Grécia, Creta e Sicília, antes da campanha em solo italiano, e os brasileiros te-

nham se juntado relativamente tarde à guerra, lutando no norte da Itália apenas, as duas forças se viram em um terrível impasse com os alemães no inverno de 1944-45 (os neozelandeses também sofreram durante o inverno anterior), batalhas que foram descritas como semelhantes às da Primeira Guerra Mundial, mais do que as altamente mecanizadas batalhas que foram típicas da Segunda Guerra Mundial. Os combates de 1944-45 na Itália foram fortemente baseados na infantaria, no combate entre os soldados, apoiados na artilharia dos soldados da infantaria (morteiros), bem como nos terríveis bombardeios de artilharia de longo-alcance e nas massivas jornadas de bombardeio aliado.

As tropas neozelandesas estiveram envolvidas na campanha aliada na Itália desde o começo e, a partir de fevereiro de 1944, contribuíram seriamente para a difícil missão de liberar Monte Cassino. A expulsão alemã da cidade ocorreu em maio, depois de um sangrento cerco e assalto que causou baixas significantes e é apontada como uma das mais importantes vitórias militares da Nova Zelândia. Erros graves foram cometidos na campanha de Monte Cassino. As tropas neozelandesas permaneceram na Campanha Italiana até o fim da Segunda Guerra Mundial, em maio de 1945. Em 1944-45, a FEB, com aproximadamente 25.500 soldados, participou na campanha italiana sob a liderança do 5º Exército dos Estados Unidos, comandado pelo general Mark Clark. Suas impressionantes vitórias incluíram a expulsão dos alemães de Monte Castelo, a quebra da “Linha Gótica”, a captura de toda uma divisão alemã de uma só vez e a participação em um ataque relâmpago que levou à derrocada final do Exército Alemão na Itália.

Ambas as forças estabeleceram e renovaram importantes contatos militares com os países aliados, particularmente com os estadunidenses. O chefe de ligação militar com o 5º Exército dos Estados Unidos, capitão (depois general) Vernon Walters, era um poliglota que mais tarde se tornou importante parte da rede de inteligência estadunidense. Posteriormente, sua amizade com os oficiais brasileiros, especialmente com Humberto Castello Branco, influenciou os direcionamentos políticos e ideológicos da ditadura militar brasileira, que durou 21 anos.¹⁷ Os laços fraternais da Nova Zelândia com as forças militares dos EUA, na Itália parecem ter influenciado as relações internacionais e militares posteriores entre os dois

países. Por motivos bem diferentes, ambos experimentaram colapsos de seus estreitos laços com os militares estadunidenses nos anos 1970-80.

4 UMA BREVE COMPARAÇÃO: PRACINHAS E MAORIS

A FEB foi a única divisão aliada completamente integrada racialmente em 1944. Mesmo assim, durante os séculos XIX e XX, as forças armadas brasileiras tinham sido usadas repetidas vezes na repressão de insurreições e revoltas civis, algumas das quais tinham características culturais, senão raciais, inconfundíveis. Em geral, envolviam repressão aos brasileiros interioranos. Vários são os exemplos. A Guerra dos Farrapos, uma revolta no Rio Grande do Sul, causou centenas de mortes. A região nordeste também teve seus exemplos, incluindo um que introduziu o Brasil ao espírito indomável do interior e ao personagem regional do sertanejo, os habitantes do sertão, a enorme zona semiárida, afetada pela seca, no nordeste brasileiro.¹⁸

A FENZ não estava totalmente integrada. Embora houvesse grande discriminação racial contra os maoris em 1939, isso talvez não tenha sido empecilho para seu recrutamento para as forças armadas, embora não estivesse completamente claro. Categorias raciais e culturais constavam do recrutamento militar e mesmo origens culturais europeias específicas permaneceram como importantes considerações na Nova Zelândia em 1939, como Soutar (2009, p.28, grifo autor) aponta:

[Em 1939] Mesmo a Força Territorial do país, que no evento da guerra provida a primeira linha de defesa do país [...] mostrou sinais de preconceito contra seus voluntários maoris [...] quando o Exército começou a avaliar a possibilidade de estabelecer uma unidade maori, o comandante do Distrito Militar do Norte avisou ao quartel general do Exército que os *maori eram inadequados como habitantes* [...] por causa de seu suposto costume de roubar [...] em um relatório preparado pelo major George Clifton, objeção similar foi feita: *O melhor tipo de europeu – o tipo de homem que nós queremos nos territórios – não se juntará a um pelotão que inclui maoris* [...] [Relatório Clifton, citado em Soutar]. Perto do início da guerra, seis mil homens tinham sido incluídos à Força Territorial e ao Regimento de Montanha (*baseado na herança escocesa*), que tinha sido formado em *South Island*. Quanto às questões sobre a representação maori na Força, contudo, o governo ficou em silêncio.

Os maoris tinham enfrentado uma história de repressão militar na Nova Zelândia. As guerras neozelandesas foram uma série de batalhas entre o exército britânico e os combatentes maoris, por volta de 1845 e 1872, com um período de intensa luta pelo território – por vezes, foram chamadas “Guerras por Terra”, entre 1860 e 1872. No auge do conflito, os ingleses tinham em redor de 18 mil soldados, muitos dos quais receberam terras como prêmio por seus serviços e se estabeleceram na Nova Zelândia depois dos conflitos; os maoris tiveram cerca de 5 mil combatentes. Depois das guerras, os maoris, que foram soberanos na Nova Zelândia/Aotearoa antes do Tratado de Waitangi de 1840 (e do estabelecimento da Nova Zelândia como uma colônia da coroa britânica em 1841) foram reduzidos a um status de subserviência. A Nova Zelândia se tornou um “domínio” do Império Britânico em 1907, um status que permanecia em 1939, quando declarou guerra à Alemanha. Mesmo assim, em 1939, os maoris não eram um “povo derrotado”. Mantiveram suas orgulhosas tradições, um rei maori, complexos costumes *tikanga*, além de firme compromisso com seu passado independente. Implícitas, estavam tradições e uma liderança guerreira, que garantiram séculos de sobrevivência sob condições de muita competição e dificuldade, e uma antiga tradição exploradora, que deu suporte a vastas jornadas pelos oceanos em pequenos *wakas* (canoas).

5 RAZÕES PESSOAIS PARA LUTAR E QUESTÕES DE CIDADANIA

Por que soldados lutam? Por que países vão à guerra? Quais são as razões psicológicas e motivacionais que explicam por que soldados respondem ativamente a ordens que os colocam em perigo mortal, que os levam a enfrentar dificuldades diárias e matar aos outros? Essas questões têm sido amplamente estudadas em diversas culturas e, claro, uma variedade de conclusões foi apresentada. Habitualmente, as razões “contemporâneas” arguidas para explicar porque os indivíduos vão à guerra e lutam incluem:

- Garantir a segurança dos amigos próximos (companheiros de guerra) em sua unidade;
- Autopreservação;
- Evitar a punição por não lutar (e.g. execução por deserção);
- Terminar o conflito (geralmente por autopreservação);

- Religião e convicção religiosa;
- Vingança ou *revanchismo*;
- Política e visões políticas (isso pode incluir cidadania);
- Razões econômicas ou sociais (isso pode incluir cidadania);
- Orgulho ou status (isso pode incluir cidadania);
- Patriotismo ou heroísmo (isso pode incluir cidadania).

É evidente, nessa lista, que lutar para garantir a cidadania de alguém, ou para satisfazer as exigências e deveres da cidadania, figuraria bem ao final da lista de prioridades. Muitos dos estudos sobre motivação para o combate envolvem as forças armadas dos EUA, uma organização que no passado serviu como meio para estrangeiros ganharem cidadania e que, recentemente, aumentou esse incentivo.¹⁹ S. A. Stouffer et al., em seu extenso estudo sociológico das Forças Armadas dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, incluindo a campanha italiana, analisaram uma ampla gama de possíveis motivos, concluindo que a motivação de *alguma espécie* era crucial:

Um atirador cansado, frio e enlameado segue adiante com a amarga secura do medo em sua boca em direção às explosões dos morteiros e aos tiros de um inimigo determinado. É preciso uma tremenda mobilização psicológica para levar um indivíduo a fazer isso não apenas uma, mas diversas vezes. Em combate, com certeza, senão em qualquer lugar, deveríamos ser capazes de observar determinantes comportamentais de grande significância, já que já estamos cientes de que muitos soldados lutaram [na Segunda Guerra Mundial] apesar de todos os estresses cumulativos que tendiam a fazê-los desistir do combate (STOUFFER et al., 1949, p. 107).

Os soldados de infantaria da Segunda Guerra Mundial, em especial, foram apontados como particularmente vulneráveis emocionalmente e necessitados de um conjunto forte e seguro de motivações para enfrentar “o sofrimento, a raiva e o horror” com o qual estavam constantemente envolvidos:

A extensão da exposição dos homens de infantaria à visão da morte e ao sofrimento durante uma jornada de combates pode ser frequentemente enfatizada com dados da pesquisa dos homens da infantaria [aliada na Segunda Guerra Mundial] na Itália: apenas 10% haviam visto menos três meses de combate e 54% seis meses de combate ou mais. Destes, 87%

disseram ter visto um amigo próximo ser morto ou ferido em ação, enquanto 83% disseram haver testemunhado um homem ter um “ataque de nervos” no *front* (STOUFFER et al., 1949, p. 80).

Durante a Segunda Guerra Mundial, os direitos de cidadania ainda não tinham sido completamente garantidos nos EUA e, em certas partes do país, foram aberta e “legalmente” negados. Os 125 mil afroamericanos que serviram na Segunda Guerra Mundial foram constantemente desprezados por seus colegas brancos e as forças armadas estadunidenses com frequência destacaram afroamericanos para suas próprias unidades, incluindo, notadamente, a 92ª divisão de infantaria, os “*Buffalo Soldiers*”. A respeito de sua atuação na Segunda Guerra Mundial, tem-se afirmado que os afro-americanos lutavam apenas por “respeito”, embora raramente fossem colocados em posições de combate (BRYAN, 2003). Em fins de 1944, durante a “Batalha do *Bulge*”, o general Eisenhower dessegregou temporariamente o Exército dos Estados Unidos e convocou voluntários. Aproximadamente 2 mil afroamericanos responderam à convocação (KRAUSE, 2001). Apesar disso, os soldados negros estadunidenses não tiveram sucesso na busca por esse respeito, mesmo da parte de seus habituais aliados brasileiros negros.²⁰

T. H. Marshall (2009, p. 150) argumentou, em seu artigo seminal de 1950, “Cidadania e Classe Social”, que “cidadania, mesmo em suas formas originárias, era um princípio de igualdade...” e acrescentou que “cidadania requer um senso de participação em comunidade baseado em lealdade a uma civilização que é uma possessão comum”.

Cidadania é um status concedido àqueles que são membros plenos de uma comunidade. Todos os que possuem este status são iguais no que diz respeito aos direitos e deveres que tal status provê. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e deveres devem ser, mas sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de cidadania ideal com a qual as conquistas podem ser medidas e para a qual as aspirações podem ser direcionadas. A vontade de avançar ao longo de um caminho determinado desta maneira é uma vontade direcionada à conquista da igualdade plena, um enriquecimento das coisas que compõem este status e um aumento no número de pessoas às quais tal status é concedido (Id., Ibid., p. 149-50).

A observação de Marshall, de que não há nenhuma especificação universal do que sejam estes direitos e deveres, ajuda a explicar a determinação com a qual os maoris, donos de uma tradição guerreira, podem ter associado o serviço militar aos deveres fundamentais da cidadania. Uma revista contemporânea de direito israelense debate, de forma convincente, que “o serviço militar tem sido tradicionalmente considerado um dos sinais mais distintivos de cidadania plena e a exclusão das mulheres do serviço militar tem se mostrado inseparável de seu status cívico inferior” (BARAK-EREZ, 2008, p. 531).²¹ Esse comentário, geralmente direcionado às mulheres e mesmo àqueles com necessidades especiais, acompanha o argumento de Soutar (2009) acerca dos soldados maoris na Segunda Guerra Mundial.

O argumento de que os neozelandeses, especialmente os maoris, lutavam para cumprir suas obrigações como cidadãos (SOUTAR, 2009) e mesmo para elevar seu status como cidadãos da Nova Zelândia, pode ser aplicado, em alguma extensão, à realidade brasileira de 1944. Maximiano (2004, p. 347) sustenta que, no contexto brasileiro, os febianos eram essencialmente “cidadãos em armas”. Ferraz (2004, p. 365) observa que “A FEB compunha-se de aproximadamente 25 mil jovens brasileiros que foram transformados em cidadãos-soldados para combater as forças do Eixo, na campanha da Itália...”. Se os pracinhas não se juntaram à FEB para tornarem-se “cidadãos” plenos, podem muito bem ter saído da guerra assim.

Contudo, ao tentar compreender inteiramente as motivações do dia a dia dos soldados no campo de batalha sangrento e mortal, essas racionalizações podem ser confusas. Muitos dos pracinhas brasileiros eram descritos como “caipiras” ou “sertanejos” (MAXIMIANO, 2004, p. 349), pessoas do interior do país, que dificilmente poderiam exigir igualdade e, por conseguinte, plena cidadania brasileira em um sentido formal (possuir passaportes, ser proprietário, participar plenamente da sociedade) ou político (direito ao voto, atividade política, ser detentores de cargos) durante a ditadura de Vargas no Estado Novo. Apesar disso, lutaram, resistiram e triunfaram sob algumas das piores condições imagináveis nos campos de batalha. Os maoris da Segunda Guerra Mundial lutaram igualmente para persuadir os *pakeha* (neozelandeses de origem europeia) a respeitarem módicos direitos estabelecidos no documento de fundação da Nova Zelândia, o Tratado de Waitangi, de 1840, conhecido em *te heo* – dialeto maori –

como “*Te Tiriti*”.²¹ Como os “jecas” da FEB, lutaram, resistiram e triunfaram sob condições impossíveis.

Um influente estudo do 28º batalhão maori, intitulado “*Nga Tama Toa, The Price of Citizenship; C Company (Māori) Battalion 1939-1945*” (SOUTAR, 2008), introduz as questões centrais dessa análise comparativa dos esforços bélicos da Nova Zelândia e do Brasil na Itália: Por que neozelandeses e brasileiros lutaram na Itália? Quais eram as motivações especiais dos maoris e dos pracinhas? Finalmente, reforçando esse ponto, a incrível semelhança dos esforços de guerra dos dois países, dadas as enormes diferenças e a grande distância da Europa, merece pesquisa posterior, bem além do alcance deste artigo.

Um resumo dos mais diretos, e talvez um pouco simplista, da motivação formal do Brasil é oferecido por Israel Brajberg em seu recente trabalho sobre os soldados judeu-brasileiros na FEB:

Em 1944-45 o Brasil enviou à Itália a Força Expedicionária Brasileira para dar a sua contribuição ao esforço de guerra aliado para defender a Democracia e a Liberdade Mundial, seriamente ameaçadas pelo Nazismo e o Fascismo que se espalharam ameaçadores sobre extensas áreas da Europa, Ásia e África, na ideia de dominar o mundo, inclusive o Brasil, em especial o Sul por possuir colônias alemãs e italianas em expansão (BRAJBERG, 2008, p. 11).

Outras descrições dos motivos oficiais enfatizam esses temas, enquanto indicam que o Brasil foi atraído para a guerra depois de concordar com o estabelecimento de bases estadunidenses no nordeste do país e, consequentemente, sofrer o afundamento de seus navios pelos *U-Boats* alemães. Sob esse ponto de vista, o Brasil, e talvez a Nova Zelândia, assim como seus soldados, estavam cumprindo, como países, suas obrigações para parar as ameaças globais contra a democracia (embora o Brasil, naquele momento, dificilmente pudesse ser descrito como uma democracia). Em outras palavras, estavam cumprindo suas obrigações, mesmo que não intencionalmente, como cidadãos internacionais, cidadãos nacionais, lutando por um futuro melhor.

No conflito italiano, a motivação dos subgrupos destituídos, afroamericanos, indoamericanos, maoris e “jecas”, “caipiras” ou sertanejos brasileiros, particularmente os de origem africana, entre outros, oferece um foco mais profundo e intrigante. Em sociedades fundamentalmente desi-

guais, requisito primário da cidadania, a igualdade estava em jogo. Sobre isso, deve-se lembrar que, embora o Brasil não tivesse uma sociedade igualitária em 1944, a FEB era a única força militar aliada completamente integrada racialmente (PINTO; FERRAZ, 2007, p. 2). Pelo menos alguns dos neozelandeses, os maoris, lutavam de modo a cumprir suas obrigações como cidadãos da Nova Zelândia, afirmando e mesmo assegurando, portanto, sua cidadania. Ao que parece, pelo menos uma parte dos febianos estava fazendo o mesmo. Talvez o maior *contraste* entre as duas forças envolvesse sua influência nos respectivos estabelecimentos militares depois da guerra. Talvez os oficiais da FEB tenham tido relativamente pouca influência imediata na cultura militar brasileira, embora sua participação na queda de Vargas em 1945 e de João Goulart em 1964 sugira um significativo legado político e principalmente democrático. A FENZ pode ter definido a organização militar no país após a guerra, embora não tenham influência evidente no processo político neozelandês.

6 CONCLUSÃO

A surpresa com que hoje muitos europeus e norte-americanos recebem a grande “novidade” de que o Brasil contribuiu com uma grande divisão, 25 mil soldados, para a campanha aliada na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial; de que esses capturaram, de uma só vez, uma divisão alemã; de que a Nova Zelândia enviou uma força expedicionária; e de que um batalhão maori foi crucial para o seu sucesso é desconcertante para alguns. A campanha da Itália é uma guerra esquecida.

Há poucas dúvidas de que muitos dos soldados da Nova Zelândia e dos pracinhas, representados em suas respectivas forças militares, conquistaram maior grau de respeito e inclusão social como resultado de suas participações na guerra.²³ Em certo sentido, talvez tenham praticado o que posteriormente Keane chamou de era da “Democracia Monitorial” (2009), ao cumprir as demandas da moderna cidadania. O avanço na autoestima social tanto dos veteranos maoris como dos pracinhas no Brasil ressalta um grau de sucesso em suas respectivas batalhas para evidenciar os sacrifícios exigidos pela cidadania – pré-requisito para o tratamento igualitário – e, finalmente, os benefícios plenos da cidadania. Como McGibbon observa:

Os maoris emergiram da guerra com autoestima e confiança reforçadas. Em parte, isto se apoiava no orgulho pelas ações do 28º batalhão (maori). Contudo resultava igualmente da satisfação pela maneira com que os maoris na Nova Zelândia se apresentaram para o desafio de não apenas sustentar um batalhão, como também de contribuir com o esforço de guerra em seu país. (McGIBBON, 2004, p. 213).

Os pracinhas também se beneficiaram indiretamente das ações da FEB. Enquanto o Brasil ficava bem atrás de outros países na incorporação das lições dos pracinhas para a cidadania e ainda lutava com o conceito de cidadania em fins da década de 1980, os oficiais que retornaram, em sua recém-adquirida autoridade e presença, foram imediatamente vistos por Getúlio Vargas como uma ameaça; os eventos provaram inquestionavelmente que eles o eram.²⁴ O clássico brasileiro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, descreve as múltiplas expedições militares brasileiras que foram necessárias, no fim do século XIX, para barrar um levante de sertanejos, seguidores de um místico lunático, Antônio Conselheiro. Como apontou Euclides da Cunha, um historiador militar, a repressão aos sertanejos contribuiu para a crescente consciência da verdadeira nação brasileira. Seguida pelas revelações, inclusive autorrevelações, da Coluna Prestes, FEB e 21 anos de ditadura militar, pode ter estabelecido o terreno para um agudo nacionalismo brasileiro e a cidadania; da mesma forma que a participação maori nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais e mesmo no Vietnã e no Afeganistão pode ter reforçado seu próprio senso de nacionalismo, mediante as crescentes demandas de cidadania plena, e por fim a compreensão de que todos os neozelandeses têm da cidadania maori e do componente maori para a cidadania neozelandesa, e conseqüentemente de sua igualdade. Como Sir Apirana Ngata escreveu, em 1940: “Perderemos alguns de nossos jovens líderes mais promissores. Já perdemos alguns. Mas ganharemos o respeito de nossos irmãos *pakehas* e o futuro de nossa raça como uma parte integrante e respeitada do povo da Nova Zelândia será menos precário”.²⁵

A participação do Brasil e da Nova Zelândia na Segunda Guerra Mundial teve impacto profundo na formação de suas identidades nacionais. As duas experiências guerreiras na campanha da Itália foram assustadoramente similares, mesmo que as repercussões sobre seus respectivos estabelecimentos militares e culturas políticas nacionais tenham sido di-

ferentes. A Nova Zelândia e o Brasil, com suas forças expedicionárias na Europa e no norte da África, estabeleceram novos perfis nacionais, ingressaram, na medida do possível, na “cidadania” das nações e emergiram da Segunda Guerra Mundial com muito mais autoridade e presença mundial do que seus líderes jamais imaginaram ou mesmo, quem sabe, quiseram.

Traduzido do inglês por Camila Alves da Costa

Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa – ENABED, em Brasília, 2010. Agradeço aos colegas da Faculdade de Artes e Ciências Sociais por sua ajuda na elaboração deste trabalho. O artigo e as análises nele contidas são de minha responsabilidade.

REFERÊNCIAS

- ANYSIO, Henriques Neto. “Memória e identidade febian: a religião como eixo identitário”. *Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades*, n. 5, nov.-abr. 2010, p. 92-102.
- BARAK-EREZ, Daphne. The feminist battle for citizenship: between combat duties and conscientious objection. *Tel Aviv University Law Faculty Papers*, Paper 90, 2008 (disponível em: <http://law.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1095&context=taulwps>. Acessado em: 10 de junho de 2010).
- BLAJBERG, Israel. Soldados que vieram de longe: os 42 heróis brasileiros judeus da Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Resende, 2008.
- BRYAN, Jami. “Fighting for respect: African-American soldiers in WWI.” *On Point*, 2003 (disponível em: <http://www.militaryhistoryonline.com/wwi/articles/fightingforrespect.aspx>. Acessado em: 10 de junho de 2010).
- BURNS, E. Bradford. *A history of Brazil*. Second Edition, NY: Columbia University Press, 1980.
- CARVALHO, L. P. Macedo. “Sessenta anos depois.” *Revista DaCultura*. Ano V, n. 8, jun. 2005, p. 14-25.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Editora Bom Texto, 2004.
- CRAWFORD, John (org.). *Kia Kaha; New Zealand in the Second World War*. Melbourne, Australia: Oxford University Press, 2002.
- DULLES, John W. F. *Castello Branco: the making of a Brazilian president*. College Station, Texas and London: Texas A & M University Press, 1978.
- FALCÃO, Luiz Filipe. *Da diferença: possibilidades e ambiguidades dos estudos sobre identidades culturais*. Departamento de Estudos Geo-Históricos/ UDESC e Mestrado em Educação/UNIVALI (disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/426-of6-st1.pdf>. Acessado em: 24 de junho de 2010).

- FERNANDES, Fernando Lourenço. *A estrada para fornovo: a FEB – Força Expedicionária Brasileira, Outros Exércitos e Outras Guerras na Itália, 1944-1945*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- FERRAZ, Franciso César Alves. “Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira.” In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, p. 365-88.
- GRIFFITH, James. “Further considerations concerning the cohesion-performance relation in military settings”. *Armed Forces and society*, v. 34, 2007. p. 138-47.
- HENN, Leonardo Guedes. “Os correspondents de guerra e a cobertura jornalística da Força Expedicionária Brasileira.” *História Unisinos* 10, n. 2 mai.-aug. 2006, p. 173-194.
- HUNTINGTON, Samuel P. *The soldier and the State: the theory and politics of civil-military relations*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 1957.
- HUTCHING, Megan (org.). *Last line of defence: New Zealanders remember the war at home*. Auckland, New Zealand: Harper Collins Publishers (New Zealand), 2007.
- JANOWITZ, Morris. *The professional soldier: a social and political portrait*. New York and London: The Free Press, 1960, 1970.
- KEANE, John. *The life and death of democracy*. NY: W.W. Norton and Company, 2009.
- KESSELRING, Albrecht. *The memoirs of field marshal kesselring*. Trad. William Kimber Lmt. Bristol Road, Bath, UK: Greenhill Books, 1953; 1988.
- KING, Michael. *The penguin history of New Zealand*. Auckland, New Zealand: Penguin Nova Zelândia, 2003.
- . *New Zealanders at war*. Auckland, New Zealand: Penguin Books, 1981; 2003.
- KRAUSE, Lisa. 2001. “Black soldiers in WW II: fighting enemies at home and abroad.” *National geographic news*, 15 de fevereiro de 2001 (disponível em: http://news.nationalgeographic.com/news/2001/02/0215_tuskegee.html. Acessado em: 10 de julho de 2010).
- LITTLE, Roger W. “Buddy relations and combat performance.” In JANOWITZ, Morris (org.). *The new military*. NY: John Wiley and Sons, 1964.
- MARSHALL, T. H. “Citizenship and social class.” In MANZA, Jeff e SAUDER, Michael. *Inequality and Society*. NY: W.W.Norton and Company, 1950; 2009, p. 148-54.
- MAXIMIANO, Cesar Campiani. “Neve, fogo e montanhas: a experiência brasileira de combate na Itália (1944-5)”. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, p. 343-64.
- McGIBBON, Ian. *New Zealand and the Second World War: the people, the battles and the legacy*. Auckland, New Zealand: Hodder, Moa, Beckett, 2004.
- PRESTON, Julia. “U.S. Military will offer path to citizenship”. *NY Times*, 15 fev. 2009 (disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/02/15/us/15immig.html>. Acessado em: 10 de julho de 2010).

RIGONI, Carmen Lúcia. "O Brasil na Segunda Guerra Mundial – histórias de pracinhas estabelecendo os caminhos da pesquisa na obra de Norbert Elias". *Revista Conexões*, n. 5, dec. 2000, p. 40-3.

SCHNEIDER, Ronald M. *'Order and Progress': a political history of Brazil*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1991.

SEGEL, David R.; KINZER, Nora Scott e WOELFEL, John C. "The concept of citizenship and attitudes toward women in combat". *Sex Roles*, v. 3, n. 5, out. 1977.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

SNIDER, Don M. "The future of American military culture: an uninformed debate on military culture". *Orbis*, v. 43, n. 1, inverno de 2000, p. 11-26.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História militar do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

SOUTAR, Monty Nga Tama Toa, *the price of citizenship: C Company (Māori) Battalion 1939-1945*. Auckland, New Zealand: David Bateman Ltd., 2008.

SOUZA PINTO, Júlia Amabile Aparecida de e ALVES FERRAZ, Francisco César. "A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e a reintegração social dos veteranos de guerra da Força Expedicionária Brasileira: notas de pesquisa". *Afroatitude*, Departamento. de História, Universidade Estadual de Londrina, v. 2, jul.-dec. 2007 (disponível em: <http://www.uel.br/revistas/afroatitudeanas/volume-2-2007/Julia%20Amabile.pdf>). Acessado em: 24 de junho de 2010).

STEPAN, Alfred. *The Military in Politics; Changing Patterns in Brazil*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1971.

—. "The new professionalism of internal warfare and military role expansion". In *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*. New Haven: Yale University Press, 1973, p.47-68.

— (org.). *Democratizing Brazil: problems of transition and consolidation*. NY, Oxford: Oxford University Press, 1989.

STOUFFER, Samuel A. et al. *The American soldier: combat and its aftermath*, v. II, New York: John Wiley and Sons, 1949.

TIMES OF LONDON. *The Times history of the war*, v. 2. London: The 'Times' Printing House, 1915

WONG, Leonard et al. "Why they fight: combat motivation in the Iraq War". US Army War College document, 2003. ISBN 1-58487-133-4 (disponível em: http://www.bits.de/public/documents/iraq/3-seite/wong_0703.pdf). Acessado em: 24 de junho de 2010).

NOTAS

¹ Raramente, em análises históricas e políticas comparativas, nos beneficiamos de comparações internacionais firmes, sobretudo em temas complexos e interrelacionados como a guerra e a dinâmica sociopolítica doméstica. Normalmente, os países diferem em todos os aspectos e essas diferenças aumentam em seus esforços de guerra. Além do mais, agora, qualquer estudo dos eventos da Segunda Guerra Mundial deve procurar se justificar. Como Fernando Lourenço

Fernández aponta, em seu abrangente livro de 2009, “escrever sobre a Guerra sessenta anos depois de terminada, recomenda que o relato procure trazer, se não fatos novos, pelo menos perspectivas originais sobre um assunto aparentemente já tão estudado, de maneira a embasar a validade de sua proposta (FERNANDES, 2009, p. 5).

² A Nova Zelândia enviou uma Força Expedicionária de 8 mil homens, incluindo um destacamento maori de quinhentos homens, para atuar como “escoteiros”, ajudando os ingleses na Europa (TIMES OF LONDON, 1915, p. 264-5). Houve um duradouro desapontamento entre os maoris por terem sido mantidos na reserva, não terem se envolvido nos ataques em lugares como Gallipoli e, consequentemente, não terem feito jus às suas tradições guerreiras (SOUTAR, 2009 - está 2009 nas referências-, p. 412). Por sua vez, o Brasil foi à guerra em 1917 com certa relutância. Como nos anos 1940, submarinos alemães começaram a afundar navios brasileiros, apesar dos esforços do Brasil em se manter neutro. O Brasil declarou guerra à Alemanha em outubro de 1917, sendo o único país sul-americano a fazê-lo, embora seus esforços bélicos envolvessem uma provisão limitada de suprimentos, uns poucos oficiais do Exército e uma pequena equipe médica para as forças Aliadas, além de um contingente naval de quatro destróieres e dois cruzadores, que patrulharam o Atlântico Sul como parte do esquadrão naval britânico (BURNS, 1980, p. 353)

³ Maximiano acrescenta que os registros brasileiros tendem a ser incompletos, ignorados oficialmente e mesmo desprotegidos. Ele afirma (2004, p. 351), por exemplo, que muitos dos registros pessoais do General Mascarenhas de Moraes foram leiloados na última década para colecionadores particulares na Itália e no Brasil.

⁴ A esse respeito, Maximiano observa que tais embarques foram intensificados pela experiência dos brasileiros, jogados no conflito como reforço crítico para uma força aliada esvaziada (2004, p. 345)

⁵ Depois da guerra, o Marechal-de-campo Kesserling foi condenado por endossar o assassinato de 335 reféns civis, depois que guerrilheiros mataram trinta policiais germano-italianos e civis italianos em Roma em 1944. Kesserling foi condenado à morte e, mais tarde, teve sua sentença comutada para prisão perpétua. Foi libertado vários anos depois com a saúde debilitada.

⁶ Patton foi chamado de volta à França pouco tempo antes da invasão ao território continental italiano por estapear um soldado estadunidense que estava chorando em um hospital militar (sofrendo de síndrome de combate), após acusá-lo de covardia. Ficou-se sabendo depois que o soldado tinha malária.

⁷ Os erros aliados são numerosos. Entre muitos outros, o General Clark permitiu que o General neozelandês Freyberg lhe convencesse a destruir um monastério de 1400 anos, uma relíquia histórica que os aviões estadunidenses posteriormente bombardearam até transformar em escombros, e que o Marechal-de-campo Kesserling tinha escrupulosamente protegido até então, mantendo suas tropas fora daquela posição defensiva natural, para que tal ataque não ocorresse. A tomada da cidade eterna de Roma por Clark, depois da quebra da “Linha de Inverno” é vista como tendo permitido ao exército alemão fugir e se reagrupar atrás da “Linha Verde”, acabando por estender a guerra. A fúria de Patton ao estapear um soldado estadunidense, acusando-o de covardia, enquanto jazia doente na Sicília, levou à sua remoção do comando do teatro italiano.

⁸ Citado em muitas fontes, incluindo Biography Online (disponível em: <http://www.biographyonline.net/military/general-patton.html>. Acessado em: 10 de julho de 2010). À parte a análise psicológica obviamente falha dessas observações, elas ainda violaram os mais elementares códigos de guerra.

⁹ O tenente-coronel Humberto Castello Branco, um oficial sênior da FEB, e mais tarde, após o golpe de 1964, presidente do Brasil, mencionou orgulhosamente os “jecas” nas cartas que

escrevia à sua esposa, no Brasil, dizendo que frequentemente dividiam suas parcas rações com civis italianos famintos, acrescentando que “As pessoas pensam que o jeca é melhor que o inglês ou o americano. É mais sentimental e gosta de conversar com os italianos” (DULLES, 1978, p. 82). Em outra carta, Castello Branco escreveu com orgulho: “Tenho visto como nossos soldados marcham para o combate, confiantes e silenciosos, como se comportam diante dos bombardeios, rindo e fazendo graça, e como se postam resignados ante nossos mortos e feridos...” (Id., Ibid., p. 81)

¹⁰ A palavra *mana* não tem tradução em inglês. Em um dicionário online Māori é definida como: “prestígio, autoridade, controle, poder, influência, status, poder espiritual, carisma – *mana* é uma força sobrenatural em uma pessoa, lugar ou objeto. *Mana* está associada a *tapu*, uma afetando a outra. Quanto mais prestigioso o evento, a pessoa ou o objeto, mais estão envolvidos por *tapu* e *mana*. *Mana* é o poder duradouro, indestrutível da *atua* e é herdado do berço, quanto mais antigo o descendente, maior o *mana*. A autoridade do *mana* e do *tapu* é herdada e delegada através da linha de antiguidade pelo *atua*, agente humano que opera inspirado pela revelação. Como a autoridade é um presente espiritual delegada pelo *atua*, o homem permanece o agente, nunca a fonte do *mana*. Essa escolha divina é confirmada pelos idosos, iniciada pelo *tohunga* sob ritos sagrados tradicionais (*tohi*). *Mana* confere autoridade para a pessoa liderar, organizar e regular expedições e atividades comunitárias, tomar decisões relacionadas a assuntos políticos e sociais. O *mana* de uma pessoa ou tribo pode aumentar com seu sucesso ou diminuir com a falta dele. A tribo dá o *mana* ao seu chefe, conferindo-lhe poder, e por seu turno o *mana* de um *ariki* ou *rangatira* se espalha ao povo e à terra. Quase toda atividade tem um vínculo com a manutenção e melhoramento do *mana* e *tapu*. Objetos animados e inanimados podem possuir *mana* pois também se originam do *atua* e devido à sua associação com o povo imbuído do *mana* ou ao seu uso em eventos significativos”. Dicionário Māori (disponível em: <http://www.maoridictionary.co.nz/index.cfm?dictionaryKeywords=mana&n=1&idiom=&phrase=&proverb=&loan=&search.x=18&search.y=9>. Acessado em: 10 de julho de 2010). De certo modo, *mana* parece tocar no componente liderança da cidadania.

¹¹ Alfred Stepan ressaltou, em seu artigo de 1973, que “Minhas extensas entrevistas com muitos dos líderes dos governos militares brasileiros de 1964 indicaram que algumas das características distintivas do governo Castello Branco – seu pro-americanismo, sua atitude favorável ao capital estrangeiro e sua aversão ao “nacionalismo excessivo” – tinha raízes nessa experiência [a campanha da Itália]. O relacionamento com os aliados também estreitou os laços pessoais e institucionais entre os EUA e a corporação militar brasileira” (STEPAN, 1973, p. 63). E. Bradford Burns observou que “a contribuição [da FEB] para a derrota do fascismo europeu aumentou o orgulho nacional, solidificou a posição do Brasil como líder da comunidade latino-americana e assegurou um lugar de prestígio para o Brasil na organização das Nações Unidas. A experiência de guerra impressionou, particularmente, aqueles oficiais que participaram da campanha, moldando suas atitudes – uma admiração pelos EUA e pela tecnologia, por exemplo – unindo-os em uma fraternidade cuja posterior influência no Brasil seria substancial” (BURNS, 1980, p. 411).

¹² A 148ª divisão alemã, segundo relatórios, era composta de 20.573 homens, incluindo dois generais, 892 oficiais, oitenta canhões, 5 mil veículos e 4 mil cavalos (BLAJBERG, 2008, p. 23).

¹³ A máquina de propaganda nazista montou uma estação de rádio em português que procurava sistematicamente abalar o moral das tropas brasileiras, lembrando, por exemplo, que havia muitos imigrantes alemães no Brasil, representantes seletos dos que haviam seduzido as esposas dos oficiais brasileiros. A produção de milhares de folhetos lembrando às tropas neozelandesas o quanto elas eram maltratadas pelos comandantes britânicos e estadunidenses igualmente procurava quebrar sua moral. As forças aliadas também tinham sua propaganda de guerra, especialmente efetiva com os italianos depois da prisão de Mussolini.

¹⁴ Ao que parece, as tropas de Kesselring tinham removido objetos de arte e outros artefatos do Monastério, semanas antes, para que pudessem ser preservados, e comunicado às tropas aliadas que aquele local histórico deveria ser preservado a todo custo.

¹⁵ McGibbon observa que, quando Freyberg chegou à Nova Zelândia, em 1939, para falar com o governo, nem todos os seus futuros subordinados estavam contentes com sua escolha, vendo-o como um “forasteiro”; além do mais, Freyberg teve que aceitar observações de subordinados: “Entre eles estava James Hargest, membro do Partido Nacional no parlamento, que, a despeito de ter sido considerado inadequado para servir no exterior, tinha usado suas conexões políticas para garantir sua indicação como comandante de brigada” (McGIBBON, 2004, p. 39).

¹⁶ Em 1930, Mascarenhas de Moraes tinha sido preso e encarcerado por seu apoio constitucional à presidência de Washington Luiz, derrubado pelo golpe militar que levou Getúlio Vargas ao poder e à Revolução paulista de 1932.

¹⁷ STEPAN, 1971, p.87 et seq.

¹⁸ Nos anos 1980, o Exército Brasileiro reconheceu a bravura e a resistência de seus sertanejos, estabelecendo o 72º Batalhão de Infantaria Motorizado, em Petrolina, sertão pernambucano, que inclui uniformes sertanejos estilizados, um Centro de Instrução de Operações na Caatinga e um enfoque especial no ambiente do sertão. O termo *sertanejo* tem uma referência mais ampla para as pessoas do interior e essa unidade especial distintiva, estabelecida na década de 1980, representa tanto um foco na manutenção de operações militares em uma zona geográfica particularmente difícil quanto uma homenagem a um grupo distinto dentro da sociedade brasileira.

¹⁹ Enquanto essa tem sido, há muito tempo, a política nos EUA, em 2009 o processo foi simplificado: “Levados ao limite no Afeganistão e no Iraque, as forças armadas estadunidenses começarão a recrutar imigrantes qualificados que vivem neste país com vistos temporários, lhes oferecendo a chance de se tornarem cidadãos dos EUA em menos de seis meses”. (PRES-
TON, 2009).

²⁰ Em 1944, o tenente-coronel Castello Branco escreveu (da Itália) à sua esposa, nos termos graficamente raciais daquele tempo, que “os britânicos e americanos não gostam dos negros americanos, mas, por outro lado, aceitam os negros brasileiros. Estes são ágeis, espertos e fatalistas, enquanto aqueles são quase covardes. Muitos dos americanos não se cansam de elogiar a conduta dos brasileiros na batalha dos Apeninos ” (DULLES, 1978, p. 82)

²¹ O argumento de que o serviço nas forças armadas, particularmente em combate, é um ingrediente vital da cidadania, é defendido em diversas fontes, incluindo Segel, Kinzer e Woelfel (1977).

²² O Tratado foi traduzido e assinado em duas versões, em Reo (língua Māori) recém-organizada alfabeticamente, e inglês, que incluía bem mais conceitos do que a Māori intencionava representar com seus signos. Por exemplo, os líderes Māori que assinaram o documento abdicaram da sua *rangitiriranga* para a rainha Vitória, entendendo que o termo significava “liderança”. Na versão inglesa, essa palavra foi traduzida como “soberania nacional”

²³ Esse ponto não é consenso no caso dos pracinhas, muitos dos quais ficaram sem reconhecimento por décadas.

²⁴ Stepan observou, em seu livro de 1989, *Democratizando o Brasil*, que “à medida que a década de 1980 chega ao fim, o Brasil ainda é uma unidade política marcada por um senso dos direitos de cidadania extremamente fraco e por um grau de desigualdade inexistente em qualquer atual democracia no mundo” (STEPAN, 1989, p. XI-XII).

²⁵ Sir Apirana Ngata, o primeiro maori a se graduar em uma universidade neozelandesa. é um dos mais proeminentes políticos maoris (sua imagem aparece hoje na nota neozelandesa de \$50). Citado em várias fontes, inclusive: *The 28th Māori Battalion* (disponível em: <http://www.28maoribattalion.org.nz/story-of-the-28th/after-the-war>. Acessado em: 10 de julho de 2010).